

A INSTITUCIONALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

Eloana Costa de Morais (Ufes)
eloana@ifes.edu.br

1 Introdução

O trabalho aqui apresentado é parte dos resultados da pesquisa de dissertação que será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB) ofertado pelo Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que tem como objeto-problema o estudo do desempenho institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), no que diz respeito ao acesso e permanência dos seus estudantes público-alvo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) nas formas concomitante e subsequente, e sua institucionalização como política pública de transformação social. O recorte espacial da pesquisa se limita aos campi das seguintes microrregiões de planejamento do Espírito Santo: Rio Doce, Nordeste e Noroeste, foram escolhidos um campus inserido em cada uma dessas microrregiões, sendo eles Linhares, São Mateus e Barra de São Francisco. A justificativa para a escolha destas microrregiões se dá pelo fato de apresentarem uma proximidade territorial e ao mesmo tempo diferenças em relação aos indicadores educacionais, sociais e econômicos. Já o recorte temporal se delimita ao período de 2017 a 2022. O referencial teórico para análise dos dados tem como base os estudos sobre escalas espaciais desenvolvido por Brandão (2012). Em relação a metodologia, trata-se de um estudo de caso instrumental (ANDRÉ, 2013), de natureza qualitativa, e os procedimentos de investigação propostos são a análise bibliográfica, documental e de dados quantitativos. Espera-se nos resultados da pesquisa, disponibilizar um relato sobre os dados analisados para que com base neles seja possível que gestores e comunidade acadêmica, realizem o planejamento de ações que colaborem para a efetividade da política pública dos IFs para a EPTNM.

2 Desenvolvimento

Ao propor um estudo sobre a EPTNM, consideramos que o direito à educação e ao trabalho é um princípio fundamental da dignidade humana e da garantia da cidadania. Conforme estudos de Cury (2002), um dos eixos fundantes da cidadania é o acesso à educação escolar. Silva (2015) destaca que quando se analisa o direito à educação é necessário pensar sobre a EPTNM como direito e as contradições que existem entre o que é proclamado e o que realmente é assegurado e ou realizado por parte do poder público, considerando o público munido do direito.

Cenário de disputas políticas, “A relação entre a educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade” (MOURA, 2007, p.4), aprofundar os conhecimentos do ensino fundamental formando o jovem e adulto para a continuação dos seus estudos em nível superior, ou preparar esses jovens e adultos para o trabalho e o exercício da cidadania? Essa dualidade histórica encontra-se como eixo motivador das diversas reformas implementadas nas últimas décadas.

Considerando a necessidade de um recorte conceitual, optou-se, no presente estudo, por estudar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) nas formas concomitante e subsequente. Historicamente, a EPTNM desempenha um papel importante nos projetos de governo ao longo do século XX e no advento do século XXI, sendo protagonista em diversos momentos da História do Brasil, e há uma explicação, pois é uma modalidade da educação que é associada ao desenvolvimento econômico do país e a formação do cidadão para o mercado de trabalho, logo, “[...] acompanha o reordenamento das relações de trabalho a que se assiste nas últimas décadas no mundo inteiro”. (FRANZOI, 2006, p. 299-300). Esse reordenamento é sentido não apenas nas relações trabalhistas, mas também na legislação educacional, no número de matrículas e de estudantes que finalizam os seus respectivos cursos e ingressam ou não na vida laboral.

Segundo Frigotto (2005), com a chegada a presidência de Luíz Inácio Lula da Silva, em 2003, o debate sobre a necessidade de se implementar uma política pública para a EPTNM com bases nas concepções de educação unitária e universal se fez presente. O caráter progressista da cúpula do Ministério da Educação (MEC), também ajudou, que inclinado a ampliação do diálogo com a sociedade civil, passou a discutir a necessidade de dar um novo sentido para a EPTNM, neste contexto, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, criados pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são o principal legado do governo Lula para a EPTNM.

Ao propor realizar uma análise sobre o desempenho institucional do Ifes, no que diz respeito ao acesso e permanência dos seus estudantes público-alvo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) nas formas concomitante e subsequente, e sua institucionalização como política pública de transformação social, partimos da ideia de que a natureza da *institucionalidade dos IFs* (PACHECO, 2011), se faz presente a partir da incorporação por parte da comunidade interna e externa, da concepção de que essas instituições são fruto de uma *política pública educacional* (AZEVEDO, 2004), voltada para interiorização da formação profissional, com vistas a elevação da escolaridade dos membros do local em que aquele campus está inserido. Logo, o sucesso da política pública educacional institucionalizada pelos IFs, é também o sucesso do *Estado* (WEBER, 2011; GRAMSCI, 2022) e ambos dependem de um bom desempenho institucional, que dê condições de acesso e permanência aos seus estudantes, para alcançar o objetivo de proporcionar desenvolvimento econômico alinhado com transformação social. Essa realidade nos leva a refletir sobre o nosso papel como educadores e sujeitos de direito na construção e implementação de políticas educacionais, visto que “Aquilo que o educador acredita ser liberdade de ação é geralmente liberdade para responder às necessidades econômicas”. (GALBRAITH, 1983, p. 178).

No campo educacional, é comum que as políticas sejam uma “transposição direta dos instrumentos próprios da economia para a educação básica pública [...]”. (SILVA, 2004, p. 150). No caso da educação profissional de nível médio, ela se transverte muitas vezes nas ideias utilitaristas da educação e da formação para o trabalho do jovem e adulto trabalhador, de que cabe a escola “[...] formar trabalhadores cordatos e eficientes, à disposição da rotatividade do mercado livre”. (SILVA, 2004, p. 151).

Em nível de macroeconomia, há o uso da associação entre educação e crescimento econômico, como um dos fatores explicativo para o desenvolvimento econômico do país. A teoria do capital humano passou a explicar as diferenças individuais de renda e de sucesso financeiro, sendo que a educação passa a ser utilizada como fator para explicar as diferenças de produtividade e renda.

Considerando que as políticas de Estado para a EPTNM, partem historicamente do contexto da macroeconomia, e que dentre as finalidades¹ dos IFs, está o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local com base nos arranjos produtivos locais, buscamos então estabelecer uma interface com o conceito de *escalas espaciais* proposto Brandão (2012) como referencial teórico para as análises referentes a relação entre as *escalas locais* de desenvolvimento e a institucionalização do acesso e permanência dos estudantes público-alvo da EPTNM. Justifica-se o uso deste referencial teórico, pois os estudos de Brandão (2012) nos conduzirem a análise dos impactos das macroeconômicas sobre os diferentes espaços e a refletir sobre a importância do local e global na implementação e efetivação das políticas públicas nacionais.

¹ Conforme instituído na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu art. 6º, os IFs têm por finalidades e características ofertar EPT em todos os níveis e modalidades, com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional, gerando e adaptando soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, consolidando o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Brandão (2012) nos chama atenção para o fato de que as políticas públicas macroeconômicas nacionais (como é o caso da criação dos IFs), não podem deixar de considerar o quanto são diferenciadas as economias urbanas e rurais nos diversos municípios brasileiros, e o quanto a dimensão territorial no caso do Brasil é importante, visto que somos um país continental com complexidade e diversidade de espaços regionais e urbanos de diversos tamanhos, funções e dinâmicas econômicas, demográficas, ambientais e sociais.

Fatores importantes que devem ser observados ao se pesquisar sobre os diversos campi dos IFs, pois segundo Pacheco (2011) a criação dos IFs proporcionou a Rede Federal uma institucionalidade de política pública, já que a EPT emerge como política educacional a partir de 2008, como estratégia de suprir a falta de trabalhadores com qualificação técnica, mas também como projeto de política pública de inserção cidadã, transformação social, e desenvolvimento local e regional por meio do acesso à educação pública profissional e tecnológica.

Os procedimentos de investigação propostos nesta pesquisa serão a análise bibliográfica, documental e de dados quantitativos. Compreendemos que “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38), e será utilizada na pesquisa com o objetivo de contextualizar o momento histórico, o objeto de pesquisa e outras demandas que venham a surgir ao longo deste estudo, visto que “[...] é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 44).

Em conformidade com os estudos de Gatti (2004), espera-se que com esta escolha metodológica, alinhada as demais escolhas e sob a ótica do referencial teórico, ao final desta pesquisa seja possível apresentar a compreensão do fenômeno estudado “[...] indo

além do casuísmo e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas [...]. (GATTI, 2004, p. 26).

3 Considerações Finais

Os resultados parciais nos apontam que originalmente, a política educacional voltada para garantir a expansão da EPTNM, do projeto de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), era de indução, implantação e posterior ampliação de um modelo pedagógico de integração das políticas para a (EPTNM). A partir do governo da Presidente Dilma Vana Roussef, ocorreram algumas mudanças na política voltada para o ensino técnico em âmbito federal, de caráter privatista, distanciando-se dos pressupostos teóricos do modelo pedagógico de formação integral do jovem e adulto trabalhador, e aproximando-se do modelo pedagógico de formação profissional instrumental voltado ao atendimento do mercado de trabalho, criando um ambiente institucional propício à implementação das reformas educacionais que viriam posteriormente, nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

A segunda hipótese, que complementa a primeira, é de que apesar dos possíveis avanços e retrocessos do modelo pedagógico de organização destas instituições, as condições de acesso e permanência dos estudantes não dependem apenas das questões institucionais dos IFs, elas se relacionam com as desigualdades existentes nas especificidades da escala² local em que aqueles estudantes estão inseridos. Logo, a falta de um projeto de sistematização, execução e acompanhamento do acesso e permanência dos estudantes público-alvo da EPTNM nas formas concomitante e subsequente, que dialogue com a realidade social dos municípios em que estão localizados os campi, dificulta o acompanhamento do cumprimento do papel institucional dos IFs como política pública de transformação social.

² Termo retirado dos estudos de Brandão (2012).

Referências

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul/dez. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432013000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=. Acesso em: 12 de março de 2023.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 jul. 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In BALL Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarildo. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-335, set./dez.2008. Disponível em www.cedes.unicamp.br, acesso em 13 de novembro de 2012.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BROTTO, Claudio Valerio de Paula. **O processo de expansão do Ifes: democracia, participação e função social**. 2013, 221f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves. Política Industrial do governo Lula. In: **Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São paulo: Editora Unesp, 2004.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO Gaudêncio; RAMOS Marise. A Política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *In* Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087 – 1113. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 de março de 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. In: Veiga, Cynthia Greive. **Intelectual e educador**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

CUNHA. Célio da. **O MEC pós-Constituição**. Brasília: Liber Livro, 2016.

DUARTE, Marisa R.T. **O conceito de controle social e a vinculação de recursos à educação**. Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de

Pós – Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Caxambu, MG: ANPED 2006. Disponível em www.anped.org.br, acesso em 12 de março de 2023.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a resurreição dos mortos: contribuições à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

_____. **Vigotski e a pedagogia histórico crítica: a questão do desenvolvimento psíquico**. Nuances: estudos sobre educação, v. 24, n.1, jan./abr. 2013, p.19-29.

DUARTE, Marisa R.T; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política e trabalhona escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876)**. In: Revista Trabalho Necessário, v. 4, n.4, 12 dez. 2006.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FEITOSA, Patricia de Almeida. **A interiorização dos Institutos Federais: um estudo de caso sobre a implantação do campus Venda Nova do Imigrante**. 2013, 150f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação**. In: Revista Contemporânea de Educação, v. 10, n.20, jul./dez. 2015, p. 228-248.

_____; ARRUD, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**.

São Paulo: Cortez, 2012.

_____ ; CIAVATA, Maria. A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio. *In* Frigotto, Gaudêncio; Ciavatta, Maria. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SETEC, 2004.

_____ ; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SETEC, 2004.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

FRANZOI, Nara Lisboa. **Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GATTI, Bernardete A. **Estudos Quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n.1, p.11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XbpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de março de 2023.

GALBRAITH, John Kenneth (1967). **O novo estado industrial**. São Paulo: Editora Pioneira, 1983, 2ª edição.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v.2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v.3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GORZ, André. **Críticas da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Ensino Médio e profissional: As políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412.

LIMA, Marcelo. **O desenvolvimento histórico do tempo socialmente necessário para a formação profissional: do modelo correlacional – assistencialista das Escolas de Aprendizizes e Artífices ao modelo tecnológico – fragmentário dos CEFET(s)**. Vitória: Autor, 2010.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; Safelice, José Luis. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

MACIEL, Samanta Lopes. **A política de educação profissional do governo Dilma: o direito à educação no contexto da expansão da rede federal de educação profissional e do Pronatec**. 2016, 256f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

MATTOS, Marilucia dos Santos. **Educação e projetos de desenvolvimento no Brasil: a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no início do século XXI**. 2013, 93f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 93.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. *In: Os anos Lula: contribuição para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em

seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A miséria da filosofia:** respostas à filosofia da miséria de Proudhon. São Paulo: Lafonte, 2018.

MENDES, Ester Luiza Barros. **Qualidade de ensino:** estudo sobre representações sociais dos alunos e alunas do CEFETES. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo – Programa de Pós-graduação em Educação/PPGE. Vitória, 2009.

MOREIRA, Herivelton e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Educação. *In Trabalho e conhecimento:* dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Da promessa de futuro à suspensão do presente:** a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE, v. 25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Ramon de. **A influência do empresariado industrial e das agências multilaterais na educação profissional brasileira.** Anais da 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Caxambu, MG: ANPED 2004. Disponível em www.anped.org.br, acesso em 12 de março de 2023.

PEIXOTO, Patricia E bani. **Do Planfor ao PNQ:** Uma análise sobre os planos de qualificação no Brasil. 2008, 136f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). **Cotidiano e Sobrevivência**. São Paulo: Edusp, 1994.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura**. In FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

RODRIGUES, M. V. **Qualidade de vida no trabalho**. 1989. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

SANT'ANA, Kamylla Maria Coelho Dias. **O novo desenvolvimentismo da CEPAL**: impactos e desafios nas políticas educacionais brasileiras no governo Lula (2003-2010). 2018, 111f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia histórico-crítica**. In: Revista Binacional Brasil Argentina, v. 3, n.2, dez.2014, p. 11 a 36.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v.12. n.34, jan./abr. 2007, p.152-180.

_____ et al. **O legado educacional do século XX**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: Investimentos em educação e

pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2011.

SILVA, Deise Rosalio. **O lugar da educação em Gramsci**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas-SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Adriana Aparecida; AZEVEDO, Márcio Adriano MOURA, Dante Henrique. **Avaliação de políticas públicas e redistributivismo na educação profissional**. João Pessoa: Ideia, 2019.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SOUZA, Thaís Rabello. **A relação política entre o Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE)**. Anais da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em Caxambu, MG: ANPED 2010. Disponível em www.anped.org.br, acesso em 12 de março de 2023.

SURDINE, Mônia Carla da Costa. **O financiamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes): entre ganhos, perdas e lutas**. 2020, 198f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2020.

WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.